

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA DA 73ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 11 de abril de 2016

Ao décimo primeiro dia do mês de abril do ano de 2016, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni, 05, Santo André (SP), às 9h, realizou-se a Septuagésima Terceira Assembleia Geral Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO, e com as presenças da Excelentíssima Senhora Vice Prefeita do município de Santo André, OSWANA FAMELI; do Prefeito de Mauá, DONISETE BRAGA; do Prefeito de Ribeirão Pires, SAULO BENEVIDES, do Prefeito de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Ausentes os prefeitos de Diadema, LAURO MICHELS, de São Caetano do Sul, PAULO PINHEIRO. Presentes também os assessores regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

INÍCIO – O Presidente Luiz Marinho iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos, apresentando o Sr. David Barioni, Presidente da APEX Brasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. Em seguida passou a palavra ao Secretário Executivo, Luis Paulo Bresciani, que iniciou informando que o primeiro ponto de pauta trata da Visita do Sr. David Barioni Neto, Presidente da Apex Brasil, para a apresentação dos programas da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos para fomento ao desenvolvimento regional; anuncia também a presença do Professor Mario Sergio Salerno, da Escola Politécnica da USP e nesse encontro representando a Fundação Vanzolini parceira da Agencia de Desenvolvimento de nossa região, e destaca também a presença dos representantes do GT Desenvolvimento Economico. Com a palavra, o Prefeito Donisete Braga, Presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, agradece a presença do Sr. Barioni, declarando que as propostas da Apex-Brasil vão contribuir para o fortalecimento das exportações na região e para criar uma condição motivadora para os empresários. A proposição é buscar um sentimento de inspiração motivadora para fortalecer as indústrias e, conseqüentemente, apresentar para a região uma perspectiva de crescimento e saída dessa crise que tem incomodado muito a todos. O Presidente da APEX, Sr. David Barioni, inicia sua apresentação agradecendo o convite e a todos os presentes. Relata que a APEX é um serviço autônomo vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, atuando nos eixos de Promoção de Exportação, Atração de investimentos e Internacionalização de empresas, com escopo de suporte no campo fiscal, técnico e inclusivo. Em 2015, a Apex apoiou 119 empresas da região do Grande ABC que exportaram US\$ 662,5 milhões. Esse valor representa 1,45% das exportações do Estado de São Paulo e 13,47% das exportações da Região do Grande ABC. Em 2015, 48 Projetos Setoriais tiveram atuação na região do Grande ABC, abrangendo os diferentes complexos produtivos apoiados pela Apex-Brasil (Alimentos, Bebidas e Agronegócios; Casa e Construção; Máquinas e Equipamentos; Tecnologia e Saúde; Economia Criativa e Moda; e Tradings). O primeiro pilar importante da APEX é o PEIEX (Projeto Extensão Industrial Exportadora), executado através de parcerias com entidades não governamentais, universidades e prefeituras, visando capacitar empresas que querem exportar. O objetivo é estimular a competitividade e promover a cultura exportadora nas empresas, qualificando e ampliando os mercados para as indústrias entrantes. Na

região, o programa PEIEX vem sendo executado pela Fundação Vanzolini, que firmou um recente acordo de cooperação com a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, para continuidade da iniciativa junto a empresas da região. O presidente da Apex-Brasil manifestou a intenção da entidade de estar mais presente no ABC, por meio do apoio a um número maior de empresas, considerando que ainda há muito que fazer, especialmente capacitando-as para exportação. Menciona especificamente o campo da tecnologia assistiva como destaque entre os mais promissores. Fala da possibilidade de se criar um escritório da Apex-Brasil no ABC, estabelecendo uma relação mais próxima da entidade com a região, visando maior participação de empresas das sete cidades em missões internacionais. Convida também o Consórcio para que esteja presente na Casa Brasil, espaço que ficará à disposição de todos durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro para o diálogo institucional com potenciais investidores. O Presidente Luiz Marinho coloca os municípios, o Consórcio e a Agência de Desenvolvimento Econômico à disposição para colaborar com a Apex-Brasil e também para recepcionar suas equipes em iniciativas na região, ressaltando a importância dos processos regulatórios como parâmetro de atuação das agências governamentais. Dentro de uma governança regional institucionalizada, a Apex pode ser uma grande parceira estratégica. Com a palavra o Secretário Executivo da Agência de Desenvolvimento regional fala sobre a parceria com a APEX e Fundação Vanzolini para continuidade do PEIEX junto às empresas do Grande ABC. A fim de operacionalizar esse projeto, o GT Desenvolvimento Econômico do Consórcio constituiu um grupo temático voltado ao Comércio Exterior. Em seguida apresenta o Plano de Trabalho do PEIEX que consiste na produção dos materiais de suporte à divulgação, ações locais de divulgação, evento de lançamento, encontros com empresários nos municípios e acompanhamento dos trabalhos. O cronograma tem início no mês de abril e final previsto para novembro de 2016. O prefeito Donisete Braga sugere o estudo de missões específicas da região ao exterior, e o Sr. Barioni explica que isso pode ser feito por meio das associações empresariais já envolvidas no tema. O secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo, Hitoshi Hyodo, resalta a necessidade de capacitação para uma presença mais qualificada em feiras e eventos. O Sr. David Barioni agradece a todos os prefeitos e demais presentes e encerra sua apresentação colocando a APEX à disposição de todos. Deliberação: os prefeitos aprovam o apoio do Consórcio para a eventual criação de um escritório da APEX na região.

O Secretário Executivo passa para o próximo ponto de pauta, que trata do CREDENCIAMENTO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTO ANDRÉ NO SISTEMA PAULISTA DE PARQUES TECNOLÓGICOS E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A REGIÃO. Com a palavra a Vice Prefeita de Santo André e Secretária de Desenvolvimento Econômico de Santo André, Sra. Oswana Fameli, justifica a ausência do Prefeito Carlos Grana que não pode estar presente e deixou a incumbência da apresentação dessa pauta a fim de propor a regionalização do Parque Tecnológico que foi credenciado em Santo André. Passa a palavra ao Sr. Ronaldo Tadeu de Paula, coordenador do GT Desenvolvimento Econômico para apresentação do processo de credenciamento e novas propostas. Com a palavra, Ronaldo Tadeu inicia sua apresentação informando que o Parque Tecnológico de Santo André teve seu credenciamento definitivo no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec) em janeiro deste ano, tendo como entidade gestora do empreendimento a Agência de Desenvolvimento Econômico do

Grande ABC. Conceitualmente, os parques tecnológicos têm como missão prover a inteligência, a Infraestrutura e os serviços necessários ao crescimento e fortalecimento das empresas apoiadas, configurando um empreendimento voltado para a promoção de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no meio empresarial. São espaços que oferecem a oportunidade de transformar conhecimento em riqueza, aproximando os centros de conhecimento (Universidades, Centros de Pesquisas e Instituições de Ensino) do setor produtivo, em ambiente propício para o desenvolvimento de Empresas de Base Tecnológica e a difusão de CT&I dos centros de conhecimento. O local estimula a sinergia de conhecimento entre as empresas instaladas no Parque Tecnológico, tornando-as mais competitivas. As razões para o crescimento do número de Parques Tecnológicos no Brasil consistem no fortalecimento da consciência dos atores de governo acerca da importância da inovação para o desenvolvimento sustentável e crescimento econômico do país; o aumento significativo do número de empresas interessadas em se instalar em Parques Tecnológicos, tipicamente empresas geradas ou graduadas em incubadoras, empresas multinacionais de tecnologia e empresas nacionais determinadas a fortalecer suas unidades de P&D. Existem experiências bem sucedidas de países como Espanha, Finlândia, França, Estados Unidos, Coreia, Taiwan, entre outros, que estão investindo de forma consistente neste mecanismo. E também a necessidade de governos estaduais e municipais identificarem novas estratégias de estimular o crescimento e direcionar o desenvolvimento de suas regiões. O Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec) é a rede oficial de parques tecnológicos criada pelo Governo do Estado em 2006, e para integrar o sistema os Parques Tecnológicos devem atender as exigências estabelecidas pelo Decreto Estadual 54.196/2009, que regulamenta e define as entidades de apoio e empresas de base tecnológica que poderão se beneficiar dos incentivos estaduais. Atualmente Parques Tecnológicos credenciados estão nos municípios de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Botucatu, São Carlos, Piracicaba, Campinas (Unicamp, CPqD, CTI, Tecno Park), Sorocaba, São José dos Campos, Santo André e Santos. A política do Estado tem por objetivo fomentar a criação de ambientes regionais de inovação, tendo por base as mesorregiões de influência dos Parques Tecnológicos credenciados. O Parque Tecnológico de Santo André possui três unidades indicadas, totalizando uma área de 223 mil m<sup>2</sup>. A primeira unidade está na Avenida dos Estados, próximo à Universidade Federal do ABC, abrigando um prédio com 5 mil m<sup>2</sup> de área construída num terreno de 8 mil m<sup>2</sup>. A segunda unidade, também na Avenida dos Estados, possui 30 mil m<sup>2</sup> e está reservada para o Centro de Inovação, cuja área construída prevista é de 15 mil m<sup>2</sup>. A terceira unidade está na região de Campo Grande e possui 185 mil m<sup>2</sup>. A Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC foi estabelecida como entidade gestora do Parque Tecnológico de Santo André, conforme exigência do Decreto Estadual 60.286/2014. O papel da entidade gestora é a promoção de ações para a implantação, gerenciamento e governança do Parque Tecnológico, e ter a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC como entidade gestora foi uma estratégia adotada para fortalecer a governança regional do projeto, buscando construir um ambiente local inovador e progressista. A oficialização do Parque Tecnológico de Santo André é também um estímulo ao desenvolvimento econômico por meio da promoção de ambientes de inovação, e uma oportunidade de ampliar as discussões e constituir políticas públicas e ações regionais com o objetivo de ampliar a competitividade da

economia regional. O Parque Tecnológico deve estar articulado ao processo de desenvolvimento da região e contribuir para a constituição do Polo Tecnológico do Grande ABC que deve integrar os 7 municípios. A implementação do Polo Tecnológico requer a participação e fortalecimento do Consórcio e da Agência enquanto instituições de coordenação, capazes de constituir uma articulação regional e desenvolver uma rede da inovação que interligará as diversas iniciativas já existentes nas sete cidades, contemplando incubadoras, arranjos produtivos, centros de tecnologia e pesquisa, universidades e grandes empresas; viabilizar a captação de recursos para o Polo Tecnológico; construir um modelo de gestão regional para as iniciativas do parque tecnológico e do ambiente de inovação. Como proposições, a Prefeitura de Santo André propõe incluir o Polo Tecnológico na pauta de ações do Consórcio, realizar um evento em maio ou junho para articular e planejar o projeto regional de Polo Tecnológico, e promover articulação para viabilizar a liberação dos recursos previstos na Emenda que destina recursos para reforma do prédio do Parque Tecnológico de Santo André, apresentada pelo deputado estadual Luiz Turco (PT). Com a palavra o Secretário Executivo da Agência de Desenvolvimento Econômico ressalta que a promoção de um seminário sobre o empreendimento vai contribuir para aperfeiçoar a implementação do projeto. Temos mais de 20 parques tecnológicos no país, inclusive alguns privados, com experiências muito expressivas em outras regiões. Precisamos trazer esses atores para o Grande ABC, pois a experiência de especialistas vai contribuir para os próximos passos que devemos tomar e até mesmo para a captação de recursos. O Presidente Luiz Marinho ressalva que no caso do Grande ABC, ao contrário de outras grandes cidades do país, é muito recente a implantação de uma universidade como a UFABC, que deve ter papel central nesse processo. A vice-prefeita de Santo André, Oswana Fameli, diz que para a implementação do projeto é imprescindível a participação e fortalecimento do Consórcio e da Agência como instituições de coordenação regional. Entre os desafios do projeto, lista a articulação regional e o desenvolvimento de uma rede de agentes da inovação que deverá interligar as iniciativas já existentes nas sete cidades. O objetivo é incluir o Polo Tecnológico na pauta de ações do Consórcio, com alcance regional, e o evento de maio ou junho deve consolidar essa regionalização. Para a viabilização dos recursos destinados ao empreendimento, cabe aos municípios consorciados viabilizar a emenda parlamentar do deputado estadual Luiz Turco, de novembro do ano passado, solicitando o repasse de R\$ 14 milhões do orçamento estadual para reforma e adaptação do prédio que receberá a sede do Polo, na antiga área da Rhodia. Disse que o Polo Regional tem como proposta gerar um espaço para discussão, reflexão e construção de possibilidades comuns, lembrando que cada município já tem suas próprias iniciativas na questão tecnológica. O Secretário Executivo Luis Paulo Bresciani lembra que a discussão do polo regional remonta a duas ocasiões anteriores, o período de debates e acordos da Câmara Regional do ABC e posteriormente a rediscussão do conceito no biênio 2009/10. Lembra também que a inserção do Consórcio no processo implica possivelmente em uma série de tramites formais envolvendo a entidade e a Prefeitura de Santo André. O Presidente Luiz Marinho ressalta que o alcance do Polo Regional ultrapassa questões específicas de cada segmento industrial, destacando nossa preocupação com toda a cadeia produtiva da região, e se posicionando favoravelmente à presença do Consórcio na condução desse processo, incluindo todo o apoio pertinente à implantação do Parque Tecnológico de Santo André.

Deliberações: criar um grupo temático para preparar a realização do evento relacionado à configuração do Polo Tecnológico regional; avaliar a possibilidade de futura mudança da sede do Consórcio e da Agência para o espaço destinado ao Parque Tecnológico; e apoiar as diversas possibilidades de captação de recursos para a realização de projetos futuros.

Em seguida, o Secretário Executivo anuncia a apresentação do diagnóstico para elaboração do Plano Diretor Regional, conduzida pelo Prof. Dr. Jeroen Klink, coordenador do projeto pela UFABC. Com a palavra, o professor Klink inicia sua apresentação apresentando a fase atual de diagnóstico e os desafios futuros, uma vez que o cronograma prevê a entrega do projeto até o início do próximo ano. Informa que já foram realizadas visitas técnicas, coleta, levantamento e análise de dados, diálogos com gestores das sete cidades, além de cruzamento com pesquisas da UFABC. O resultado foi a definição do conteúdo em sete capítulos e anexos, levando em conta a caracterização do território do ABC, a reestruturação produtiva e a nova economia regional, a estruturação urbano-regional com suas centralidades, eixos e polos, a questão ambiental e os instrumentos para o planejamento e gestão do território. Lembra que a legislação que norteia o uso e ocupação do solo nem sempre é articulada e apresenta lógica sistêmica no ABC. Portanto, existe um desafio importante para a próxima etapa do trabalho. Entre os temas emergentes destaca justamente a regulação do uso e ocupação do solo como função pública de interesse comum, trabalhar os conflitos e inserir o Plano Diretor Regional no espaço metropolitano. Informa que haverá a realização de um Seminário Internacional no contexto do Plano Diretor Regional do Grande ABC (PDR-ABC) e do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI), nos próximos dias 8 e 9 de junho de 2016, no campus da UFABC em São Bernardo do Campo. O objetivo é debater os limites e potencialidades de projetos e estratégias de desenvolvimento articulados a partir das cidades e áreas metropolitanas à luz dos processos de transformação econômica, política e social que ocorreram no mundo inteiro a partir dos anos 1970. Um dos resultados esperados é a mobilização do debate para a elaboração do Plano Diretor da Região do Grande ABC e do Plano de Desenvolvimento Urbano – Integrado (PDU-I) da Região Metropolitana de São Paulo. O prefeito Gabriel Maranhão questiona sobre a necessidade de revisão da Lei Específica da Billings e o professor Klink responde que essa certamente será uma questão em debate ao longo do processo. Em seguida o Secretário Executivo antecipa o informe sobre o Plano Diretor Urbano Integrado (PDUI). Com a palavra o Diretor de Programas e Projetos, Sr. Hamilton Lacerda, informa que as sete cidades do Grande ABC, conforme proposta de calendário apresentada aos senhores prefeitos, devem realizar a partir de 5 de maio (quinta-feira), audiências públicas para debater o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de São Paulo. Os encontros fazem parte da primeira etapa da iniciativa, que contará com eventos semelhantes nos demais 32 municípios da região metropolitana. O Estatuto da Metrôpole (Lei Federal nº 13.089/2015) determina que todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas brasileiras desenvolvam, em até três anos, seus respectivos PDUIs. O PDUI estabelece diretrizes, projetos e ações para orientar o desenvolvimento urbano e regional, buscando reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população metropolitana. Para a construção participativa do PDUI será constituída uma instância deliberativa, formada por entidades representativas sindicais, universidades e

categorias profissionais, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e poder público. O processo de elaboração é coordenado pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo. Durante sua elaboração, a sociedade civil também poderá participar fazendo propostas pela plataforma [www.pdui.sp.gov.br](http://www.pdui.sp.gov.br) e também por meio de audiências públicas, municipais e regionais. Na primeira etapa da iniciativa, será apresentado o que é o PDUI e como será o processo participativo. Na fase seguinte, serão realizadas oficinas regionais com a discussão de temas relevantes para o PDUI e audiências públicas regionais para discussão e contribuições para o caderno de propostas e eleição dos representantes da sociedade civil para compor a instância deliberativa do PDUI. O Secretário Executivo solicita o apoio dos assessores regionais no intuito de indicar o local e horário, conforme as datas propostas e também o apoio na divulgação junto aos gestores municipais. O ponto seguinte se refere à campanha de combate ao mosquito *aedes aegypti*. O Coordenador do GT Saúde, Dr. Homero Nepomuceno, apresenta o balanço da Campanha Regional de Combate ao Mosquito da Dengue, lançada oficialmente em dezembro do ano passado e também acompanhada por uma Sala de Situação que se reúne semanalmente. O total de casos suspeitos até a décima semana epidemiológica (12 de março) recuou 11% no último levantamento em relação ao ano passado, com 4.952 notificações contra 5.559 ocorrências de 2015. Relata que o município de Diadema não tem informado os dados no mesmo período dos outros municípios devido à falta de funcionários. Informa que temos tido uma estabilidade no número de notificações de casos suspeitos e, mesmo com atraso de inserções de alguns municípios no sistema, o registro de casos não é muito distante do apurado no ano passado. Isso nos leva a crer que não tivemos nenhum tipo de explosão de casos, a despeito do que ocorreu em outras regiões. De forma geral o trabalho tem sido bastante satisfatório, com bons resultados e ações efetivas junto à população, que também tem se mostrado mais parceira dos agentes. Houve aumento no número de equipes nos municípios e no combate aos focos da dengue. Destaca a importância da próxima ação conjunta marcada para o dia 7 de maio na região de divisa de Diadema (Campanário), São Bernardo do Campo (Taboão) e São Paulo (Vila Liviero). Inicialmente prevista para o dia 30, a ação foi adiada em razão da campanha nacional de vacinação para a gripe H1N1. Ao mesmo tempo, a Sala de Situação permanecerá ativa durante todo este ano para preparar as ações do próximo verão. A exemplo do trabalho regional desenvolvido para o combate ao mosquito da dengue, o Consórcio vai criar uma Sala de Situação para acompanhar os casos de gripe tipo A, causada pelo vírus H1N1. A próxima reunião do Grupo de Trabalho Saúde ocorre na próxima terça-feira, 12 de abril, que discutirá esta pauta e os representantes das sete cidades deverão compartilhar informações sobre o planejamento de cada município para enfrentar a temporada antecipada de risco para a doença. Cada cidade está preparando um plano de contingência próprio para controle dos casos e atendimento dos pacientes mais graves, em que há necessidade de internação e leitos de UTI. O que será discutido regionalmente é uma campanha de esclarecimento, a melhoria das retaguardas de UTI e o eventual reforço para situações emergenciais de assistência. Além disso, informa que iniciamos na data de hoje a campanha de vacinação que vai até o dia 30, e já havia grandes filas nas unidades desde a madrugada. É preciso esclarecer os moradores que essa corrida não é necessária porque não vai faltar vacina, dado que os estoques são suficientes para o público alvo da campanha. Dos 313 casos notificados nas sete

idades, os cinco óbitos registrados por H1N1 na região envolviam pessoas com graves problemas de saúde. Encerrada a vacinação para os grupos de maior risco, como crianças de seis meses a cinco anos incompletos, idosos e grávidas, a vacinação deverá ser estendida. Possivelmente, como aconteceu no ano passado, devemos ampliar o público para a vacina, sendo necessário aguardar as orientações do Ministério da Saúde para a definição das faixas etárias. Outro problema que a campanha deve focar é o uso incorreto do antibiótico Tamiflu, indicado para os casos de H1N1; esse medicamento deve ser usado nas primeiras 72 horas do aparecimento dos sintomas da gripe, não sendo preventivo, mas age na replicação do vírus. Temos feito uma campanha para orientar também os médicos para prescreverem corretamente esse medicamento, evitando que seja desperdiçado. O Presidente Luiz Marinho solicita que seja realizada gestão junto ao Ministério da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde visando uma campanha específica de orientação da população diante da gripe H1N1 na região.

Encerrada a apresentação, o Secretário Executivo informa que devido ao horário não será possível apresentar a pauta sobre o GT DEFESA CIVIL, sobre a criação de uma Subcomissão Regional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos e o Balanço do PPDC, além de suspender o informe sobre o balanço dos repasses financeiros dos municípios consorciados e deliberação sobre débitos relativos ao Orçamento 2014, automaticamente transferido para a próxima assembleia, passando aos INFORMES e agenda futura, relatando os itens não contemplados anteriormente e abaixo relacionados.

1. Seminário de Informações e Indicadores Culturais do Grande ABC, 14/04/2016, às 9h, Teatro Vladimir Capella – CECAPE Dra. Zilda Arns, São Caetano do Sul.
2. Encerramento do Projeto de Fortalecimento dos Catadores e Catadoras e Ampliação da Coleta Seletiva no Grande ABC – Convênio Ministério do Trabalho/Coopcent/Consórcio.
3. Informe sobre digitalização de documentos do serviço funerário pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons). O Presidente Luiz Marinho informa sobre o trabalho realizado pelos mórmons que organiza todos os registros de óbitos dos cemitérios municipais. Esse trabalho facilita o trabalho para criação de registro de antepassados. A contrapartida é compartilhar os arquivos e disponibilização para os municípios. O município de São Bernardo do Campo já possui esse serviço, adquirido por chamamento público. Informa que o Consórcio poderá providenciar uma agenda para apresentação da proposta.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luiz Marinho deu por cumprida a ordem do dia e encerrou a Assembleia Geral, às 12 horas, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Excelentíssimos Senhores Prefeitos. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.

Região do Grande ABC, em 11 de abril de 2016.

Prefeitos presentes na 73ª Assembleia Geral Ordinária.

LUIZ MARINHO  
Presidente  
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

OSWANA FAMELLI  
Vice Prefeita do Município de Santo André

DONISETE BRAGA  
Prefeito de Mauá

SAULO BENEVIDES  
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA  
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI  
Secretário Executivo da Presidência

---

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 73ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.